

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.072 - PR (2019/0279587-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : CLEITON DOS SANTOS SOUZA (PRESO)
RECORRENTE : SIDNEI ENEAS DOS SANTOS (PRESO)
ADVOGADOS : ANNA CLARA PICOLLI BALDASSI - PR062680
EVELLYN NATALIE DA SILVA COSTA - PR092357
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por CLEITON DOS SANTOS SOUZA e SIDNEI ENEAS DOS SANTOS, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento do HC n. 0027758-69.2019.8.16.0000.

Extraí-se dos autos que os recorrentes, foram presos em flagrante em 17/5/2019, pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 288 e 180, ambos do Código Penal, e no art. 33 da Lei 11.343/2006 (associação criminosa, receptação e tráfico de entorpecentes). Referida custódia foi convertida em preventiva (fls. 29/34) e, posteriormente, o Juízo de primeiro grau indeferiu o pedido de revogação da custódia (fls. 35/38).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS CRIME. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. MATERIALIDADE DELITIVA COMPROVADAS. SÉRIOS INDÍCIOS DE AUTORIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE GARANTIA À ORDEM PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. COMPARSAS QUE SE ENCONTRAVAM NO MESMO LOCAL COM DROGAS E MERCADORIAS ROUBADAS. PACIENTES QUE JÁ RESPONDEM POR OUTROS DELITOS RECENTES. POSSIBILIDADE DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. DECISÃO QUE DETERMINOU A PRISÃO DOS ACUSADOS BEM FUNDAMENTADA. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONHECIDA E DENEGADA (fls. 66).

No presente recurso, alegam que o decreto prisional carece de

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito e em meras conjecturas acerca da necessidade da segregação. Sustentam ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressaltam as condições pessoais favoráveis dos recorrentes e apontam suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Afirmam que a existência de ações penais em andamento não constituem, por si sós, fundamento idôneo para justificar a custódia.

Requerem, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 124/125) e informações prestadas (fls. 129/134), o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 145/149).

É o relatório.

Decido.

O pedido está prejudicado.

Dos informes obtidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que, em 8/11/2019, nos autos da Ação Penal n. 0011493-38.2019.8.16.0017, foram expedidos alvarás de soltura em favor dos ora recorrentes.

Assim, constata-se a perda superveniente do objeto do reclamo.

Ante o exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, julgo prejudicado o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator